



M0878007N

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 122/2018
NÍVEL SUPERIOR - CLASSE E - MANHÃ

AUDITOR

Nome do Candidato _____

Inscrição _____



Composição do Caderno

Português	01 a 10
Legislação Aplicada à Administração Pública	11 a 20
Informática	21 a 25
Conhecimentos Específicos	26 a 50



Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime!
Previsto no art. 311 - A do Código Penal



Instruções

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - www.institutoaocp.org.br, no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

Mundo de mentira

Paulo Pestana

Tem muita gente que implica com mentira, esquecendo-se de que as melhores histórias do mundo nascem delas: algumas cabeludas, outras mais inocentes, sempre invenções da mente, fruto da criatividade — ou do aperto, dependendo da situação.

Ademais, se fosse tão ruim estaria na lista das pedras que Moisés recebeu aos pés do monte Sinai, entre as 10 coisas mais feias da humanidade, todas proibidas e que levam ao inferno; ficou de fora.

A mentira não está nem entre os pecados capitais, que aliás eram ofensas bem antes de Cristo nascer, formando um rol de virtudes avessas, para controlar os instintos básicos da patuleia. Eram leis. E é preciso lembrar também que ninguém colocou a mentira entre os pecados veniais; talvez, seja por isso que o mundo minta tanto, hoje em dia.

E tudo nasceu na forma mais poética possível, com os mitos — e não vamos falar de presidentes aqui — às lendas, narrativas fantásticas que serviam para educar ou entreter. Entre tantas notícias falsas, há muitas lendas que, inclusive, explicam por que fazemos tanta festa para o ano que começa.

Os japoneses, por exemplo, contam que um velhinho, na véspera do ano-novo, não conseguiu vender os chapéus que fabricava e colocou-os na cabeça de seis estátuas de pedra; chegou em casa coberto de neve e sem um tostão. No dia seguinte, recebeu comida farta e dinheiro das próprias estátuas, para mostrar que a bondade é sempre reconhecida e recompensada.

Os brasileiros vestem roupas brancas na passagem do ano, mas poucos sabem que esta é uma tradição recente, de pouco mais de 50 anos, e que veio do candomblé, mais precisamente da cultura yorubá, com os irúnmolés's funfun — as divindades do branco. E atenção: para eles, o regente de 2019 é Ogum, o guerreiro, orixá associado às forças armadas, ao mesmo tempo impiedoso, impaciente e amável. Ogunhê!

Mas na minha profunda ignorância eu não conhecia a lenda da Noite de São Silvestre,

que marca a passagem do ano. E assim foi-me contada pelo Doutor João, culto advogado, entre suaves goles de vinho — um Quinta do Crasto Douro (sorry, periferia, diria o Ibrahim Sued).

Disse-me ele: ao ver a Virgem Maria desolada contemplando o Oceano Atlântico, São Silvestre se aproximou para consolá-la, quando ela disse que estava com saudades da Atlântida, o reino submerso por Deus, em resposta aos desafios e à soberba de seu soberano e dos pecados de seu povo.

As lágrimas da Virgem Maria — transformadas em pérolas — caíram no oceano; e uma delas deu origem à Ilha da Madeira — chamada Pérola do Atlântico, na modesta visão dos locais — ao mesmo tempo em que surgiram misteriosas luzes no céu, que se repetiriam por anos a fio; e é por isso que festejamos a chegada do ano-novo com fogos de artifício.

Aliás, agora inventaram fogo de artifício sem barulho para não incomodar os cachorros. A próxima jogada politicamente correta será lançar fogos sem luz para não perturbar as corujas buraqueiras. E isso está longe de ser lenda: é só um mundo mais chato.

Disponível em: <<http://df.divirtasemais.com.br/app/noticia/mais-leitor/2018/12/28/noticia-mais-leitor,160970/cronica-de-paulo-pestana.shtml>>. Acesso em: 18 fev. 2019.

1. De acordo com as ideias expostas no texto, é correto afirmar que

- (A) a mentira é, desde a antiguidade, considerada um pecado irreparável.
- (B) a mentira é sempre fruto da inocência humana.
- (C) mentir faz parte da natureza humana como forma de proteção e ocorre, na maioria das vezes, devido à necessidade instantânea de se safar de situações adversas corriqueiras.
- (D) os mitos históricos compõem a origem da mentira, a qual é necessária para que o mundo viva em harmonia.
- (E) a mentira pode ser considerada instrumento para ensinamentos.

2. Em relação às ideias apresentadas pelo autor do texto, é possível interpretar que

- (A) os brasileiros só passaram a comemorar a chegada de um novo ano há 50 anos.
- (B) o costume de usar roupas brancas durante a passagem de um ano para outro advém do candomblé, que é a religião mais seguida no país.
- (C) os fogos, durante a passagem de ano, representam as lágrimas da Virgem Maria.

- (D) a mentira era um fator de coerção, a fim de controlar comportamentos revoltosos durante os primórdios do mundo.
- (E) as pessoas costumam mentir, uma vez que a mentira não é considerada um pecado que leva à condenação eterna.

3. Assinale a alternativa em que todas as palavras retiradas do texto possuem o mesmo processo de formação.

- (A) Misteriosas, velhinho, recompensada.
- (B) Recompensada, reconhecida, submerso.
- (C) Repetiriam, politicamente, impiedoso.
- (D) Amável, politicamente, bondade.
- (E) Conhecida, resposta, festa.

4. Assinale a alternativa correta em relação à palavra “que” destacada.

- (A) Na frase “Tem muita gente **que** implica com mentira [...]”, o “que” tem função de conjunção subordinativa adverbial, retomando a palavra “gente”.
- (B) Em “[...] se fosse tão ruim estaria na lista das pedras **que** Moisés recebeu [...]”, o “que” é uma conjunção coordenativa com função de explicação.
- (C) No trecho “[...] às lendas, narrativas fantásticas **que** serviam para educar ou entreter.”, o “que” é pronome relativo.
- (D) Em “[...] quando ela disse **que** estava com saudades da Atlântida [...]”, o “que” é pronome relativo e completa o sentido do verbo “disse”.
- (E) No excerto “[...] é por isso **que** festejamos a chegada do ano-novo com fogos de artifício.”, o “que” é uma conjunção subordinativa explicativa.

5. O texto apresentado é considerado uma crônica devido a diversos fatores, EXCETO por

- (A) apresentar vocabulário variado e expressivo de acordo com a intenção do autor.
- (B) abordar aspectos da vida social e cotidiana.
- (C) não utilizar a 1ª pessoa do discurso em todo o texto.
- (D) apresentar marcas de subjetividade – discursos na 1ª e na 3ª pessoa.
- (E) apresentar intertextualidades.

6. Assinale a alternativa em que as palavras apresentadas, considerando o sentido que possuem no texto, estabelecem uma relação de sinonímia.

- (A) Modesta – imparcial.
- (B) Soberba – ufanía.
- (C) Patuleia – burguesia.
- (D) Veniais – imperdoáveis.
- (E) Virtudes – escolhas.

7. Em relação aos aspectos fonológicos relacionados às palavras a seguir, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas palavras “avesss”, “básics” e “impiedso”, as letras destacadas representam o fonema /s/.
- (B) Nas palavras “cachorro”, “passagem” e “velhinho”, há dígrafos consonantais.
- (C) Em “corrreta”, “lança” e “perturba”, as letras destacadas tem a mesma pronúncia.
- (D) Os termos destacados em “fora”, “ano” e “fogo” representam o mesmo fonema.
- (E) Nas palavras “buraqueiras”, “ficou” e “artifício”, há ditongos.

8. Analise os trechos a seguir retirados do texto e assinale a alternativa que apresenta uma oração com sujeito oculto.

- (A) “Os brasileiros vestem roupas brancas na passagem do ano [...]”.
- (B) “Aliás, agora inventaram fogo de artifício sem barulho [...]”.
- (C) “E isso está longe de ser lenda [...]”.
- (D) “[...] chegou em casa coberto de neve e sem um tostão.”.
- (E) “E tudo nasceu na forma mais poética possível [...]”.

9. Assinale a alternativa em que as vírgulas empregadas em destaque estão demarcando um aposto.

- (A) “[...] quando ela disse que estava com saudades da Atlântida, **o reino submerso por Deus**, em resposta aos desafios e à soberba de seu soberano [...]”.
- (B) “[...] **talvez**, seja por isso que o mundo minta tanto, hoje em dia.”.
- (C) “Os japoneses, **por exemplo**, contam que um velhinho, na véspera do ano-novo, não conseguiu vender os chapéus que fabricava [...]”.
- (D) “[...] algumas cabeludas, **outras mais inocentes**, sempre invenções da mente, fruto da criatividade [...]”.
- (E) “[...] mas poucos sabem que esta é uma tradição recente, **de pouco mais de 50 anos**, e que veio do candomblé [...]”.

10. Sobre os sentidos e os aspectos linguísticos do texto, é correto afirmar que

- (A) há uma crítica explícita do autor em relação à ingenuidade do povo, que acredita em mentiras como se fossem verdades.
- (B) o tom de ironia não pode ser vislumbrado na crônica.
- (C) a utilização da conjunção “E”, no início de diversas frases do texto, exerce função gramatical, sem interferir nos aspectos discursivos e estilísticos do texto.
- (D) no trecho “E tudo nasceu na forma mais poética possível, com os mitos — e não vamos falar de presidentes aqui — às lendas [...]”, os travessões foram utilizados para demarcar uma oração que contém uma locução verbal predicando um objeto indireto.
- (E) não há referências, sequer implícitas, ao momento político vivido no Brasil na atualidade.

Legislação Aplicada à Administração Pública

11. A Constituição da República Federativa do Brasil trouxe em seu escopo os valores de um Estado de Bem-Estar Social. Dentre os princípios desse modelo de sociedade, encontra-se

- (A) a supremacia do indivíduo sobre o coletivo.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) a intervenção em detrimento da autodeterminação dos povos.
- (D) a valorização apenas do setor produtivo público.
- (E) o capitalismo de Estado sem intervenção privada.

12. As relações jurídicas entre os setores público e privado no Brasil são bastante distintas. As regras aplicadas ao setor privado nem sempre valem ao setor público. Dentre os princípios que diferenciam tal relação, é correto destacar

- (A) o princípio da legalidade aplicado ao setor privado.
- (B) o princípio da autonomia da vontade ligado ao setor público.
- (C) o princípio da legalidade no setor público.
- (D) o princípio da não intervenção Estatal na economia.
- (E) o princípio da supremacia dos atos privados sobre os atos públicos.

13. A Lei nº 8429/92 rege os atos considerados de improbidade administrativa. Tais atos representam uma lesão à administração pública e, embora não sejam tipificados como crime, são atos ilícitos civis sujeitos a sanções. Quem está sujeito a cometer Improbidade Administrativa e sofrer as penalidades da referida Lei?

- (A) Funcionários Públicos, desde que sejam concursados.
- (B) Qualquer prestador de serviço, desde que oneroso à Administração Pública.
- (C) Apenas aqueles que prestam serviço voluntário à Administração Pública.
- (D) Apenas aqueles que exercem cargo de chefia.
- (E) Qualquer pessoa, servidor ou não.

14. Para que haja legitimidade no exercício da autoridade e soberania estatal, é imprescindível que os atos da administração sejam pautados por princípios legais. Dentre os princípios da Administração Pública, é correto destacar o

- (A) Princípio da Pessoaalidade.
- (B) Princípio da Personalidade.
- (C) Princípio da Publicidade.
- (D) Princípio da Voluntariedade.
- (E) Princípio da Vulnerabilidade.

15. Para ingressar como servidor público, o candidato precisa passar por uma série de testes. Ao ingressar na carreira, o servidor também se submete a um conjunto de regras que visa analisar a sua aptidão ao exercício da função. Referente aos valores fundamentais ao exercício dessa carreira, assinale a alternativa correta.

- (A) A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público.
- (B) A moralidade da Administração Pública limita-se à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem do servidor público.
- (C) A função pública deve ser tida como exercício voluntário e, portanto, não deveria se integrar à vida financeira particular de cada servidor público.
- (D) O servidor poderá omitir ou falsear os fatos, desde que beneficie os interesses da Administração Pública ou empresas equiparadas.
- (E) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens, respeitando a autonomia da vontade, princípio fundamental da Administração Pública.

16. Dentre os princípios fundamentais que norteiam nosso ordenamento jurídico, está o devido processo legal. Em suma, significa que ninguém poderá ser sentenciado, condenado ou julgado sem os trâmites legais. Nesse sentido, no que diz respeito à Administração Pública, é correto afirmar que

- (A) nos processos administrativos deve-se seguir a lei e o direito, com possibilidade, dependendo do caso, de haver tribunais de exceção.

(B) o segredo é a regra nos processos, exceto quando há interesse de incapaz ou determinação judicial sobre os atos praticados pela Administração.

(C) em regra é proibida a cobrança de custas processuais dos agentes que figurarem em processos administrativos, exceto as previstas em lei.

(D) a impulsão dos processos administrativos não pode ser de ofício, dependendo de Inquérito Policial para o início de sua instrução.

(E) os processos administrativos têm como fim a promoção do agente, vedado o atendimento aos interesses da administração.

17. A Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada em 1988, foi batizada pelo então presidente da Assembleia Constituinte, Ulisses Guimarães, de “a Constituição Cidadã”. Tal codinome dado à Constituição de 1988 pode ser justificado pelo fato de ela

(A) trazer em seu bojo, como um dos objetivos centrais da Carta Magna, a erradicação da pobreza e da marginalização social.

(B) trazer como escopo a implantação do socialismo como forma de erradicar as desigualdades sociais, contribuindo para a promoção humanística.

(C) estabelecer a implantação de garantias e processos jurídicos que eram completamente inexistentes durante o período da Ditadura Militar, sendo essa a principal justificativa.

(D) permitir a existência de um modelo econômico liberal, sem qualquer intervenção do Estado, possibilitando maior acesso pelos cidadãos de produtos estrangeiros.

(E) estabelecer como um dos principais elementos jurídicos o conceito de que todos os cidadãos são iguais, mas que uns podem ser considerados mais iguais do que os outros, a fim de promover a igualdade.

18. A improbidade administrativa é um ilícito civil que visa punir os agentes que atentarem contra a Administração Pública. A improbidade pode ocorrer tanto no campo material quanto no campo principiológico. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) praticar ato visando fim proibido pode ser justificado desde que haja o entendimento de que existe grave ameaça de lesão ao patrimônio público.
- (B) retardar ou deixar de praticar ato de ofício de forma injustificada é considerado um ato de improbidade contra os princípios da Administração Pública.
- (C) deixar de revelar ou não permitir que chegue ao conhecimento de terceiro teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço é um ato de improbidade.
- (D) deixar de receber vantagem econômica de particulares, quando essa verba poderá ser destinada a áreas essenciais, é ato de improbidade contra os princípios da Administração Pública.
- (E) denunciar ato ilícito em concursos, desde que os fins maiores do certame tenham sido alcançados, constitui ato atentatório quanto à Administração.

19. Os direitos sociais tiveram um grande avanço na Constituição de 1988 em comparação às legislações anteriores. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) os direitos sociais contemplam apenas cidadãos considerados vulneráveis.
- (B) são considerados direitos sociais a inafastabilidade da justiça e a presunção da inocência.
- (C) os direitos trabalhistas como férias e 13º salário pertencem ao rol de direitos sociais.
- (D) a isonomia perante a lei é uma conquista contemplada no rol de direitos sociais.
- (E) direitos sociais e direitos da personalidade são sinônimos.

20. De acordo com o Código de Ética dos Servidores Públicos, Decreto Federal nº 1.171/94, é vedado aos funcionários públicos federais

- (A) contribuir voluntariamente à reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.
- (B) usar de artifícios para facilitar o exercício regular de direito por qualquer pessoa.
- (C) participar de atividades voluntárias, mesmo

que não tenham relação com o serviço público.

- (D) não usar de seu cargo para fins de promoção pessoal e obter favorecimentos.
- (E) participar de qualquer atividade particular, seja ela de cunho financeiro ou não.

Informática

21. O Microsoft Office Word 2016 possui a possibilidade de tornar textos ou elementos gráficos em um elemento "cliquável", o qual, ao ser clicado, permite acesso a informações em outra parte do mesmo documento ou fora dele. Assinale a alternativa que descreve o nome desse recurso.

- (A) Paginação.
- (B) Hiperlink.
- (C) Citação.
- (D) Legenda.
- (E) Indicador.

22. Um empresário, em uma situação hipotética, como apresentada a seguir, precisa criar uma fórmula para calcular a média entre os salários dos seus funcionários cuja idade seja maior ou igual a 35 anos. Nesse caso, qual das alternativas a seguir é indicada para esse empresário realizar a operação desejada?

	A	B	C
1	Nome	Idade	Salário
2	Pedro	20	R\$ 1.420,00
3	Marcos	19	R\$ 1.200,00
4	José	18	R\$ 1.800,00
5	Itálo	25	R\$ 2.450,00
6	Érik	43	R\$ 4.000,00
7	Elias	21	R\$ 1.900,00
8	Joana	65	R\$ 980,00
9			

(A) f_x =MÉDIASE(C2:C8;">=35";B2:B8)

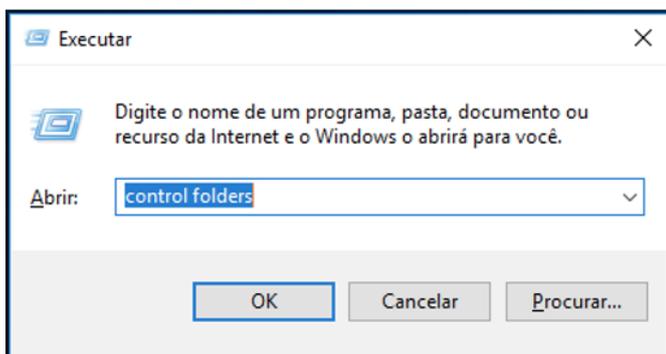
(B) f_x =MÉDIASE(B2:B8;"<=35";C2:C8)

(C) $\text{=MÉDIASE(B2:B8;">=35";C2:C8)}$

(D) $\text{=MÉDIASE(C2:C8;"<=35";B2:B8)}$

(E) $\text{=MÉDIASE(B2:B8;"<>35";C2:C8)}$

23. A figura a seguir representa que será executada a ação "control folders". É correto afirmar que o objetivo dessa ação é abrir



- (A) a tela "Sobre Windows", mostrando informações da sua versão e compilação.
- (B) o painel de controle do sistema.
- (C) as opções do explorador de arquivos.
- (D) a pasta de documentos do usuário "logado" no sistema.
- (E) o gerenciador de dispositivos e impressoras.

24. O **Browser** é um programa desenvolvido para permitir a navegação pela web e capaz de processar diversas linguagens. Assinale a alternativa que apresenta somente exemplos de Browsers.

- (A) Firefox, Filezilla, Safari, Edge.
- (B) Tor, Chrome, Thunderbird, Safari.
- (C) Filezilla, Thunderbird, Internet Explorer, Chrome.
- (D) Edge, Filezilla, Thunderbird, Chrome.
- (E) Chrome, Safari, Tor, Edge.

25. No Microsoft Word 2016, é possível gerenciar quebras de seções em um documento. Sobre esse recurso, assinale a alternativa correta.

- (A) Existe apenas um tipo de quebra de seção, a chamada "Próxima Página", que inicia a nova seção na página seguinte.
- (B) Não é possível ter várias seções diferentes dentro de uma mesma página do documento.
- (C) Iniciar uma nova seção em um documento é praticamente iniciar um documento novo dentro de um mesmo documento. Com isso, é possível determinar diferentes formatações de texto dentro de um mesmo documento.
- (D) Inserir seções dentro de um documento é somente uma maneira de organizar o documento para o usuário, mas não serve para alterar o documento em diferentes layouts.
- (E) Ao excluir uma quebra de seção, todo texto que estiver antes da quebra perderá sua formatação.

Conhecimentos Específicos

26. Em relação aos procedimentos de auditoria, é correto afirmar que

- (A) tratam de operações realizadas somente na área dos estoques de uma empresa.
- (B) representam um conjunto de técnicas aplicadas sobre as demonstrações financeiras ou contábeis.
- (C) apresentam, ao final dos trabalhos, um saldo positivo da conta “Caixa” da empresa auditada.
- (D) o procedimento da conferência de cálculos é o único permitido pela legislação vigente.
- (E) a conferência de contas a receber de clientes é facultativa, desde que não haja operações com o mercado internacional.

27. Em relação ao papel da auditoria, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Trata-se de uma especialização contábil que visa testar determinado controle patrimonial.
- II. A ação da auditoria limita-se somente aos registros das operações em livros oficiais.
- III. Sua atividade é exercida tomando-se como base as regras em vigor implantadas para o controle patrimonial.
- IV. Fundamenta-se em atitude mental, profissional e preventiva.

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II, III e IV.

28. A auditoria sobre as demonstrações contábeis busca

- (A) evidenciar as dívidas com terceiros da empresa, considerando-se também os respectivos riscos para a entidade.
- (B) determinar o volume de capital de giro que possa considerar o maior período de longevidade da empresa.
- (C) expressar uma opinião sobre a propriedade das demonstrações e assegurar que elas representem, em seu conjunto, a posição patrimonial e financeira, tendo como base as operações ocorridas em determinado período.

- (D) apresentar somente as falhas e as fraudes cometidas em uma empresa, independente do setor auditado.
- (E) elencar todos os bens, direitos e obrigações da empresa, respeitando-se a sequência e ou hierarquia das operações realizadas.

29. Informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Os controles internos de uma empresa contribuem com o trabalho de auditoria, uma vez que permitem compreender se o plano organizacional está sendo colocado em prática.
- () O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, Estados Unidos, entende que os controles internos são peças opcionais utilizadas pela auditoria.
- () Sendo a empresa vista como um conjunto de subsistemas, em que a sua integração torna-se totalmente impossível devido à complexidade de cada subsistema, logo o uso de controles internos é descartado pela auditoria.

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

30. Analise a frase a seguir e assinale a alternativa INCORRETA. “O sistema de controle interno previne que funcionários possam cair em tentação, dado a possíveis problemas pessoais e financeiros, e incorrer em atos ilícitos.”.

- (A) Considerando-se que o controle interno tem a finalidade de proteger o patrimônio organizacional, a sua utilização permite tal prevenção.
- (B) Quanto maior for a organização, mais necessária será a delegação de atividades pelo seu dono aos funcionários e, assim, os controles internos contribuirão com a gestão dos negócios.
- (C) Todas as empresas possuem controles internos, devendo estes sempre ser analisados e substituídos, quando necessário, para garantir o fluxo de informações entre as partes.

- (D) A prevenção de fraudes em uma empresa somente é possível por meio de câmaras instaladas em locais estratégicos.
- (E) Os relatórios elaborados periodicamente pelos respectivos gestores de área darão possibilidades de saber se os controles internos estão sendo utilizados a contento.
- 31. Em sentido amplo, o controle interno inclui controles classificados em contábeis e administrativos. Sendo assim, os relatórios de desempenho elaborados pelos gestores de uma organização empresarial são controles internos classificados como:**
- (A) controles contábeis por determinar a formação do lucro ou prejuízo do período.
- (B) controles contábeis por evidenciar a capacidade da empresa em reduzir a sua inadimplência.
- (C) controles administrativos por evidenciar a eficiência operacional buscada pela organização.
- (D) controles administrativos por determinar a formação dos lucros ou prejuízos do período.
- (E) controles contábeis por demonstrar a apuração dos tributos em determinado período.
- 32. Os papéis de trabalho elaborados pelo auditor têm a finalidade de**
- (A) determinar os procedimentos que a empresa precisa alterar, visando a uma gestão adequada.
- (B) justificar as decisões tomadas pela empresa, como os financiamentos bancários obtidos.
- (C) apresentar a melhor maneira de cumprir as normas estabelecidas nos respectivos controles internos.
- (D) registrar todas as evidências obtidas durante a execução do serviço de auditoria.
- (E) estabelecer o melhor período para exercer o trabalho de auditoria em uma empresa.
- 33. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas. Dentre os diversos objetivos dos papéis de trabalho de auditoria, destacam-se:**
- I. **representar na Justiça (no caso de ser movida uma ação contra o auditor ou a firma de auditoria) as evidências do trabalho executado.**
- II. **ajudar no trabalho da próxima auditoria, pois um conjunto de papéis de trabalho bem preparado serve de guia na auditoria do outro exercício social.**
- III. **facilitar a revisão por parte do auditor responsável, para que ele se assegure de que o serviço foi efetuado de forma correta.**
- IV. **servir como base para avaliação dos auditores.**
- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e III.
- (E) I, II, III e IV.
- 34. Os papéis de trabalho podem ser de natureza corrente ou permanente. Assinale a alternativa que representa um papel de trabalho de natureza permanente.**
- (A) Imobilizado.
- (B) Receitas e despesas.
- (C) Contas a pagar.
- (D) Estatuto social ou contrato social.
- (E) Aplicações financeiras.
- 35. O relatório do auditor independente padrão compreende basicamente, EXCETO**
- (A) a identificação da Entidade, das demonstrações financeiras ou contábeis auditadas e do período auditado.
- (B) a responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras ou contábeis.
- (C) o relatório dos gerentes das instituições bancárias das quais a empresa auditada possui alguma transação.
- (D) a responsabilidade dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras ou contábeis.
- (E) a opinião dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras ou contábeis.

36. Há diversos tipos de relatórios de auditores independentes. Dentre eles, destaca-se o Relatório com opinião adversa, por estabelecer que

- (A) as demonstrações financeiras ou contábeis auditadas representam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da respectiva empresa.
- (B) considerando-se que a empresa auditada adquiriu 100% do capital social de uma outra empresa durante o exercício social, base da auditoria, essa operação não constou em suas demonstrações financeiras consolidadas, não representando, portanto, a posição patrimonial e financeira do respectivo grupo empresarial.
- (C) apesar de a empresa não ter avaliado os seus estoques pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, as demonstrações financeiras ou contábeis auditadas estão adequadas em relação à posição patrimonial e financeira da respectiva empresa.
- (D) mesmo sendo os auditores contratados por essa empresa, não foi possível acompanhar a contagem física dos estoques, resultando um valor de R\$ 22.500,00 registrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 20x8.
- (E) pelo fato de o incêndio ocorrido há dois anos no parque industrial de uma das empresas que constituem o conglomerado “Silva S.A” ter sido acidental, conforme laudo técnico, o grupo empresarial vem buscando alternativas no mercado para suprir essa perda.

37. O planejamento da auditoria é uma etapa de extrema importância para o trabalho do auditor, justamente por permitir que as metas pré-estabelecidas sejam alcançadas a contento. Sendo assim, o auditor deverá estudar as áreas da empresa que irá auditar. Tomando-se com base essas afirmações, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Diversas políticas são estabelecidas pela empresa na área de pessoal, entre elas, aumentos salariais, admissões promoções.
- (B) As empresas, de modo geral, podem ser envolvidas em processos judiciais que podem comprometer o seu desempenho.
- (C) A elaboração das demonstrações financeiras ou contábeis demanda um tempo significativo, porém o auditor precisa

ser avisado sobre a data precisa em que poderá tomar posse das demonstrações para executar o seu trabalho.

- (D) O trabalho de auditoria relacionado com a área financeira considera que as informações sobre os pagamentos aos fornecedores tenha sua importância quando tais pagamentos forem do exterior.
- (E) As explicações fornecidas pelo responsável da área para as variações significativas entre o orçado e o real são de extrema importância para o trabalho de auditoria.

38. Qual é a Lei Federal que estatui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal?

- (A) Lei nº 4.320 de 17 de março de 1943.
- (B) Lei nº 8.666 de 10 de janeiro de 1993.
- (C) Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964.
- (D) Lei nº 10.520 de 18 de abril de 2002.
- (E) Lei nº 8.666 de 17 de março de 1943.

39. O trabalho de auditoria também é aplicado às demonstrações financeiras ou contábeis do setor público. Sendo assim, o auditor precisa saber que as receitas possuem classificação de acordo com a legislação pertinente. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta somente receitas correntes.

- I. Receitas tributárias.
- II. Receitas agropecuárias.
- III. Receitas de dívidas.
- IV. Receitas de conversão de moeda.

- (A) Apenas I, III e IV.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas II e III.
- (D) Apenas I e II.
- (E) I, II, III e IV.

40. No caso de uma auditoria ser realizada em um orçamento público, independente da esfera (União, Estados, Municípios ou Distrito Federal), o auditor deverá saber que uma despesa corrente é diferente de uma despesa de capital, pois uma classificação indevida nesse sentido comprometerá a análise das demonstrações financeiras ou contábeis dessa entidade. Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) os gastos com material de consumo são classificados como despesa de capital.
- (B) os gastos com obras públicas são classificados como despesa corrente.
- (C) os gastos com amortizações das dívidas são classificados como despesa de capital.
- (D) os gastos com aquisição de imóveis são classificados como despesa corrente.
- (E) os gastos com material de consumo são classificados como despesa corrente.
- 41. A Lei Federal nº 8.666/1993 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Sobre as licitações, é correto afirmar que**
- (A) são uma prática destinada a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia.
- (B) devem ser aplicadas somente em casos relacionados com obras públicas.
- (C) salvo exceções, as licitações exigem que pagamentos ocorram sempre à vista.
- (D) a seleção da proposta mais vantajosa independe de quaisquer princípios.
- (E) devem ocorrer sempre a cada dois anos, mesmo sendo sobre um item intangível.
- 42. “Trata-se da modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no Art. 19.” Conforme a Lei Federal nº 8.666/1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, o enunciado refere-se à modalidade de**
- (A) convite.
- (B) concorrência.
- (C) leilão.
- (D) tomada de preço
- (E) concurso.
- 43. A Lei Federal nº 10.520/2002 regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui a modalidade de licitação denominada pregão. Em seu Art.4º, inciso V, estabelece que o prazo contado a partir da publicação do aviso sobre a apresentação das propostas não poderá ser inferior a quantos dias úteis?**
- (A) 5.
- (B) 4.
- (C) 9.
- (D) 8.
- (E) 10.
- 44. A Lei Federal nº 10.520/2002, a qual regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui a modalidade de licitação denominada pregão. O Art. 6º dessa Lei estabelece que, nessa modalidade, o prazo de validade das propostas**
- (A) será de 45 (quarenta e cinco) dias.
- (B) dependerá do edital.
- (C) será de 30 (trinta) dias.
- (D) será combinado entre as partes.
- (E) será de 60 (sessenta) dias, caso o edital seja omissivo.
- 45. A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, em seu Art. 5º, determina que o projeto de lei orçamentária anual seja elaborado de forma compatível com**
- (A) plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e as normas desta Lei Complementar.
- (B) as normas desta Lei Complementar, o plano plurianual e as leis que regem as modalidades de licitações.
- (C) as leis que regem as modalidades de licitações, as normas desta Lei Complementar e a lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) a lei de diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e a lei que rege os gestores públicos.
- (E) a lei que rege os gestores públicos, a lei de diretrizes orçamentárias e as leis que regem as modalidades de licitações.

- 46. A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determina, em seu Art.11: “Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.” Porém, em seu Parágrafo único, apresenta que é vedada a realização de**
- (A) transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos.
 - (B) transferências voluntárias para quaisquer tipos de tributos.
 - (C) transferências voluntárias entre as despesas correntes do respectivo período.
 - (D) transferências voluntárias tendo como base as receitas de capital.
 - (E) transferências voluntárias entre as despesas de capital do respectivo período.
- 47. A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, define limites para a despesa total com pessoal (Art.19), que NÃO poderão exceder os percentuais da receita corrente líquida de**
- (A) 60% (sessenta por cento) para a União.
 - (B) 50% (cinquenta por cento) para os Estados.
 - (C) 60% (sessenta por cento) para os Municípios.
 - (D) 40% (quarenta por cento) para a União.
 - (E) 50% (cinquenta por cento) para os Municípios.
- 48. Sobre as operações de crédito a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, especificamente sobre “Restos a Pagar”, determina, em seu Art. 42, um limite de tempo para contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele (mandato eleitoral) para todo titular de Poder Público ou Órgão. Esse período equivale**
- (A) aos últimos dois trimestres do seu mandato.
 - (B) ao último trimestre do seu mandato.
 - (C) ao último quadrimestre do seu mandato.
 - (D) ao último bimestre do seu mandato.
 - (E) aos últimos dois quadrimestres do seu mandato.
- 49. Sobre a escrituração das contas públicas, mencionada no Art. 50 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a entidade pública, além de obedecer às demais normas de contabilidade pública sobre esse assunto, deverá observar ainda que**
- (A) não se considera o regime de competência para o registro de despesas e a assunção de compromissos.
 - (B) jamais haverá disponibilidade de caixa, portanto não haverá registro sobre esse item.
 - (C) as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
 - (D) a opção entre os regime de caixa e regime de competência para os registros de suas operações é de cada estabelecimento público.
 - (E) a escrituração em Restos a Pagar somente ocorrerá se o gestor responsável (ou equivalente) do setor público assim determinar.
- 50. A Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, determina, em seu Art. 54, a elaboração do Relatório da Gestão Fiscal e este deverá ser assinado pelo Chefe do Poder Executivo, Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo, Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente e demais autoridades responsáveis pela administração financeira, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário, com EXCEÇÃO do**
- (A) auditor independente contratado.
 - (B) responsável da área de licitações.
 - (C) chefe do setor de pregões.
 - (D) representante da sociedade civil.
 - (E) chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

